

Pagamento de precatórios deve ser parcelado em até dez anos

Regra vale para os débitos resultantes de processos instaurados até 31 de dezembro de 1999. Ações ajuizadas após essa data terão seus valores incluídos no orçamento público para serem liquidados no ano seguinte, com atualização monetária

Empresas poderão escalonar débitos com Previdência e Receita

O Plenário do Congresso aprovou ontem à noite projeto de lei de conversão à medida provisória que instituiu o Programa de Recuperação Fiscal (Refis). Com ele, empresas devedoras de impostos e contribuições à Receita e à Previdência poderão escalonar o pagamento de débitos acumulados.

PÁGINA 3

CCJ ouvirá procurador-geral sobre processos oriundos de CPIs

PÁGINA 7

Decisão tomada ontem pelo Congresso beneficia 90% das empresas, que estão inadimplentes com a Receita Federal e com o INSS



Proposta de emenda constitucional aprovada em primeiro turno ontem pelo Senado institui nova regra para o pagamento de precatórios. Essas dívidas do governo, quando resultantes de processos instaurados até 31 de dezembro de 1999, serão parceladas em dez anos. Ações ajuizadas após essa data terão seus valores incluídos no orçamento para liquidação no ano seguinte ao da decisão judicial. A proposta ainda será apreciada em segundo turno.

PÁGINAS 4 E 5

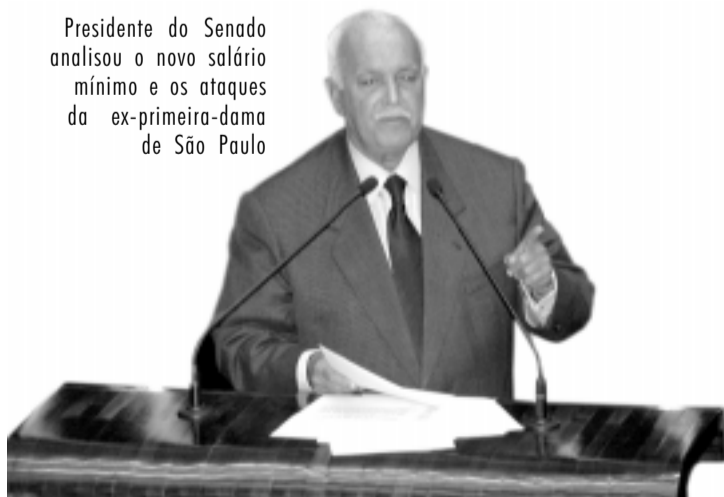
Plenário aprova projetos das CPIs dos Bancos e do Judiciário

PÁGINA 5

MÍNIMO DE R\$ 151 É DERROTA DOS BRASILEIROS, DIZ ACM

PÁGINA 9

Presidente do Senado analisou o novo salário mínimo e os ataques da ex-primeira-dama de São Paulo



Instalada, comissão do salário ouvirá três ministros

PÁGINA 3

Assistência pré-natal na rede pública pode ser ampliada

CAS aprovou projeto que torna obrigatória a realização de exames complementares para gestantes pela rede hospitalar do SUS.

PÁGINA 8



Com a presença de especialistas, Bernardo Cabral preside uma das mesarredondas do seminário

SEMINÁRIO DESTACA NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

PÁGINA 6

Plenário vota proposta da CPI dos Bancos para proteger investidores

Investigação no sistema financeiro detectou endividamento excessivo na emissão de debêntures e levou comissão a elaborar projeto para aumentar segurança desses títulos

O Senado vota hoje projeto que altera a lei das sociedades por ações para preservar as debêntures (títulos de crédito ao portador) como instrumentos de captação de recursos para capitalização das empresas. A proposição estabelece limites de emissão, a fim de evitar excessivo grau de endividamento e prejuízo para a segurança dos investidores.

A proposta estabelece que o valor total das emissões de debêntures de uma sociedade não poderá ultrapassar 80% do valor dos bens gravados (onerados), nem 100% do valor do patrimônio líquido da companhia. Mas, no caso de colocação de debêntures por oferta pública, a Comissão de Valores Mobiliários poderá fixar limites maiores ou menores que esses.

Ao apresentar o projeto, a CPI do Sistema Financeiro argumentou ter detectado endividamento excessivo no caso da emissão pública de debêntures promovida pelo Banco Marka para a empresa Teletrust Recebíveis. A chamada CPI dos Bancos descobriu que a Teletrust, embora com patrimônio líquido de valor irrisório, fez um lançamento público da ordem de R\$ 400 milhões, dos quais teve êxito em colocar cerca de R\$ 200 milhões exclusivamente em fundos de pensão controlados por empresas estatais. Esses títulos, na avaliação dos senadores da CPI, representam hoje perdas quase totais para os fundos.

Na mesma sessão, o Plenário delibera sobre a concessão de duas emissoras de rádio – Fundação Educativa Nordeste, para explorar serviços em onda média na cidade de Soledade (RS), e Sistema Syria Comunicações, para operar em frequência modulada na cidade de Tucunduva (RS).



Plenário do Senado examina hoje mais uma das propostas surgidas a partir do trabalho da CPI dos Bancos

Parlamentares discutem pagamento em dinheiro da Cédula de Produto Rural

A comissão mista encarregada de apreciar a Medida Provisória 2.017, que faz mudanças na Cédula de Produto Rural, reúne-se hoje, às 9h30, para discutir o assunto. A cédula é um documento que os agricultores emitem em troca de financiamento para plantio, e o pagamento é feito com o produto da colheita. A MP autoriza o produtor a também pagar a cédula em dinheiro, e não apenas



Jonas Pinheiro espera que novos investidores sejam atraídos

Produto Rural em dinheiro atrairá o interesse de novos investidores e vem num momento em que é escasso o dinheiro para financiamen-

to rural. Os documentos devem conter detalhes da quantidade, qualidade e preço ou índice de preço a ser empregado na hora do acerto de contas. A nova cédula, com resgate financeiro, tende a atrair os produtores brasileiros para o chamado mercado futuro, acredita o senador.

O relator da MP, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), já apresentou parecer inicial, em que reconhece a admissibilidade da matéria. Na análise que fez do assunto, ele afirma que a possibilidade de pagamento da Cédula de

Produto Rural em dinheiro atrairá o interesse de novos investidores e vem num momento em que é escasso o dinheiro para financiamen-

to rural. Os documentos devem conter detalhes da quantidade, qualidade e preço ou índice de preço a ser empregado na hora do acerto de contas. A nova cédula, com resgate financeiro, tende a atrair os produtores brasileiros para o chamado mercado futuro, acredita o senador.

De acordo com a legislação, as cédulas podem ser negociadas pelo investidor no mercado e o agricultor que tomar o dinheiro será obrigado a oferecer garantias de que entregará o produto ou pagará o documento na data de vencimento.

Aurélio Miguel fala à Comissão dos Bingos

O judoca Aurélio Miguel, medalha de ouro nos Jogos Olímpicos de Seul, em 1988, é um dos convidados da audiência pública marcada para hoje, às 14 horas, na comissão que estuda a medida provisória que alterou a Lei Pelé. Aurélio Miguel tem apontado irregularidades na gestão de recursos públicos pela adminis-

tração de Joaquim Mamede na Confederação Brasileira de Judô. Também deverão estar presentes o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Arthur Nuzman, e representantes do Comitê Paralímpico Brasileiro e da Federação Nacional dos Atletas de Futebol.

A Lei Pelé possibilitou que empre-

sários associados a clubes ou federações esportivas explorem casas de bingo, com o compromisso de destinar parte da renda para apoio à prática esportiva. Outro dispositivo que vem sendo debatido em audiências públicas pela comissão é o que proíbe a uma empresa controlar mais de um clube esportivo.

Brasil 500



QUINTA-FEIRA, 30 DE MARÇO DE 2000

PLENÁRIO

10h – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PDLs nºs 254/99, que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Educativa Nordeste para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Soledade (RS) e 260/99, que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Syria Comunicações para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tucunduva (RS); e PLS nº 682/99, altera o art. 60 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações.

COMISSÕES

9h30 – Comissão Mista destinada a examinar a MP nº 2017-2, que institui a Cédula de Produto Rural. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 6*

10h – Comissão Mista destinada a examinar a MP nº 2011-5, que institui a Taxa de Autorização do Bingo.

Pauta: audiência pública com o esportista Aurélio Miguel, os presidentes dos comitês Olímpico e Paralímpico brasileiros e da Federação Nacional dos Atletas de Futebol. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

10h – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: apreciação dos destaques de redação apresentados ao relatório-geral. *Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Sexta-feira
9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéias Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Comissão do salário mínimo ouvirá três ministros

Francisco Dornelles, do Trabalho; Waldeck Ornelas, da Previdência; e Pedro Malan, da Fazenda, deverão comparecer ao Congresso na próxima semana para falar sobre as razões do governo para fixar o valor em R\$ 151

A comissão especial de deputados e senadores criada para examinar a medida provisória (MP) que fixa o salário mínimo em R\$ 151 foi instalada ontem, quando foram eleitos o senador Iris Rezende (PMDB-GO) para presidente e o deputado Luiz Antônio Medeiros (PFL-SP) para vice-presidente. O relator da MP será o deputado Armando Monteiro (PMDB-PE).

Por proposta da senadora Heloísa Helena (PT-AL), a comissão decidiu ouvir, na próxima semana, os ministros do Trabalho, Francisco Dornelles; da Previdência, Waldeck Ornelas; e da Fazenda, Pedro Malan. O deputado Paulo Paim (PT-RS) propôs, com sucesso, que seja convidado para falar à comissão o deputado Eduardo Paes (PTB-RJ), que na Câmara vem relatando os trabalhos de uma comissão especial que analisa propostas para recuperar o poder de compra do salá-

rio mínimo. Antes de ouvir os ministros, a comissão fará uma nova reunião, na próxima terça-feira (dia 4), às 17h.

Encerrou-se na noite de ontem o prazo para apresentação de emendas à MP do salário mínimo. Ao todo, o documento recebeu 32 emendas, que começam a ser examinadas imediatamente pelo relator, deputado Armando Monteiro. O relator manifestou seu parecer favorável quanto à admissibilidade da MP.

A comissão tem prazo para votar o parecer de mérito do relator até dia 7 de abril. Por lei, o Congresso terá mais 15 dias para votar a matéria, o que estende o prazo final até o dia 22 de abril. Na reunião de ontem, a senadora Heloísa Helena apresentou requerimento para que a comissão ouça também representantes de fiscais da Previdência Social e do Tesouro Nacional, que poderiam dar



A comissão, após instalada, decidiu que antes de começar a ouvir os ministros, seguindo requerimento de Heloísa Helena (foto menor), fará uma nova reunião na terça-feira

sua versão sobre as condições do governo de pagar ou não um salário mínimo superior a R\$ 151. No entanto, o presidente, Iris Re-

zende, argumentando que há pouco tempo para análise da medida provisória, decidiu não colocar o requerimento em votação.



Empresas poderão refinanciar débitos com o governo

Em votação simbólica, o Plenário do Congresso aprovou ontem à noite projeto de lei de conversão à medida provisória que instituiu, em outubro de 1999, o Programa de Recuperação Fiscal (Refis). Com o Refis, que integra o Programa Brasil Empreendedor, empresas devedoras de impostos e contribuições devidos à Secretaria da Receita Federal (SRF) e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) poderão escalonar o pagamento dos débitos acumulados. O projeto seguirá à sanção presidencial.

No parecer que apresentou em Plenário, o relator, deputado Gervásio Silva (PFL-SC), salientou que mais de 90% das empresas que estão inadimplentes com a Receita e o INSS e, portanto, sem acesso a licitações e créditos públicos, terão condições de ajustar sua situação, o que provocará impacto positivo sobre a economia.

Com o projeto de lei de conversão, as empresas que optarem pelo Refis poderão fazê-lo até 30 de abril de 2000. Os débitos abrangidos pelo programa, por sua vez, passaram a ser os tributos e impostos devidos com vencimento até 29 de fevereiro de 2000. A medida provisória abrangia os débitos acumulados até 31 de outubro de 1999.

Poderão se inscrever no Refis as

empresas com débitos constituídos ou não, inscritos ou não na dívida ativa da União, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não. Mesmo as empresas que recolheram os impostos e tributos dos empregados e não os repassaram ao fisco poderão optar pelo Refis.

O PT apresentou destaque para suprimir o que um de seus representantes chamou de "anistia aos que fizeram apropriação indébita", argumentando que, sem a supressão, o Refis não distinguia os empresários inadimplentes dos "sonegadores contumazes". A modificação proposta pelo PT foi rejeitada pelo Plenário.

O pagamento dos débitos será feito no último dia de cada mês, sendo que o valor será definido por percentual da receita bruta do mês

anterior. Assim, as empresas que aderirem ao Simples deverão saldar suas dívidas à base de 0,3%; as empresas submetidas ao regime de tributação com base no lucro presumido, 0,6%; as submetidas a tributação com base no lucro real, 1,2%; e as demais, 1,5%.

Conforme ressaltou o relator, o parcelamento previsto no Refis está determinado pela condição de pagamento do contribuinte, sem prazo estabelecido, de modo que, como afirmou, a liquidação da dívida "pode demorar dez, vinte, trinta ou cem anos".

Outra modificação importante destacada pelo relator foi a de que os contribuintes que recolheram impostos e contribuições mas não pagaram à União não poderão ser denunciados após estarem inscritos no Refis.



Com o projeto de lei de conversão aprovado ontem pelo Congresso, as empresas que optarem pelo Refis poderão fazê-lo até 30 de abril deste ano

VALOR DO PAGAMENTO	
Percentual do faturamento bruto a ser pago dentro do programa Refis	
Empresas que aderiram ao Simples	0,3%
Empresas submetidas ao regime de tributação com base no lucro presumido	0,6%
Empresas submetidas a tributação com base no lucro real	1,2%
Demais empresas	1,5%

PROJETOS, DISCURSOS, VOTAÇÕES...

ACOMPANHE AS ATIVIDADES DO SENADO

WWW.SENADO.GOV.BR

Aprovadas regras para pagamento de precatórios

Com 56 votos a favor, Plenário decide fixar um prazo de até dez anos para parcelamento dos débitos resultantes de processos instaurados até 1999. Novas dívidas deverão ser pagas no ano seguinte ao da decisão judicial definitiva

Em primeiro turno, o Senado aprovou ontem proposta de emenda constitucional que permite o parcelamento em até dez anos do pagamento de precatórios – as somas devidas pela União, estados e municípios em decorrência de sentenças judiciais que, por falta de caixa, o poder público vem pagando mediante a emissão de títulos mobiliários. Cinquenta e seis senadores votaram a favor da proposta, oito posicionaram-se contra e quatro se abstiveram. A matéria ainda será votada em segundo turno.

A nova disciplina estabelecida pela proposta para o pagamento de precatórios judiciais consiste na inclusão, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de um artigo que prevê o parcelamento, em até dez anos, dos débitos resultantes de processos instaurados até 31 de dezembro de 1999. As ações ajuizadas após esta data serão pagas à vista. Com isso, o Senado abre um prazo de dez anos para quitação tanto do estoque atual dos precatórios não pagos como para os ajuizados até 31 de dezembro.

Os precatórios ajuizados a partir dessa data serão pagos conforme o que dispõe o texto constitucional em vigor, ou seja, devem ser incluídos no Orçamento público para serem pagos no ano seguinte, mas com seus valores atualizados monetariamente, conforme texto do senador Edison Lobão (PFL-MA), que relatou a matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Edison Lobão disse ter incluído também em seu texto emenda do senador Amir Lando (PMDB-RO) para que os recursos destinados ao pagamento de precatórios transitem diretamente da Fazenda para o Judiciário. Incluiu também emenda de Roberto Requião (PMDB-PR) para que sejam devidamente pagos correção monetária e juros legais sobre os débitos.

Emenda supressiva apresentada em Plenário pelo senador Bello Parga (PFL-MA) permitiu que os créditos de natureza alimentícia sejam liquidados imediatamente e não entrem em nenhuma escala de pagamento de precatórios.



Na discussão da proposta, em primeiro turno, alguns senadores consideraram a emenda prejudicial aos interesses dos cidadãos

Debate em Plenário mostra que tema provoca divergências

Nove senadores participaram do debate que antecedeu a votação da PEC que estabelece uma nova disciplina para o pagamento dos precatórios. O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) pediu que

o Plenário adiasse a deliberação da matéria, mas não foi atendido. Depois de mostrar o quanto é injusta a situação de um cidadão que litiga com o poder público, ele afirmou que concordaria em

dar dez anos ao Estado para pagar os precatórios se o cidadão também tivesse esse prazo para pagar dívidas ao Estado.

José Eduardo Dutra (PT-SE) afirmou que o Senado encontrou uma solução engenhosa para o pagamento dos precatórios, que significa a decretação de uma moratória pelo Estado. “O que o governo não tem coragem de fazer com determinados tipos de credores, como os bancos, estamos fazendo com uma gama imensa de brasileiros”, resumiu.

Paulo Hartung (PPS-ES) disse que a solução não era a ideal, mas estava no campo do possível. “O ideal seria que o poder público tivesse competência e combatividade para proteger o patrimônio do país”, disse ele, assegurando que muitos desses precatórios têm origem na incapacidade do setor público de se defender.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) manifestou-se favoravelmente à emenda fixando uma escala regressiva para que os precatórios pendentes em 31 de dezembro de 1999 fossem liquidados em dez anos, reduzindo-se doravante, progressivamente, esse prazo. Não foi atendido.

Amir Lando (PMDB-RO) disse que, atualmente, a lista cronológica para o pagamento de precatórios é freqüentemente substituída por listas elaboradas mediante “acordos muitas vezes espúrios, em que a administração pública paga a quem bem entende”.

Casildo Maldaner (PMDB-SC)

disse que muitas vezes os valores dos precatórios a serem pagos são superiores ao orçamento do município. “Quando os valores comprometem o orçamento, o que acontece? Pára tudo?”, questionou ele, pedindo o bom senso do Plenário para aprovar a matéria.

Lauro Campos (PT-DF) deu o próprio exemplo para mostrar como o cidadão é injustiçado quando litiga com o Estado. Disse que, há 30 anos, comprou um terreno do governo de Brasília e, quando foi registrá-lo, descobriu que o negócio havia sido cancelado. Foi pleitear o terreno na Justiça, ganhou em todas as instâncias e até hoje não recebeu o terreno nem foi indenizado.

Anunciando seu voto favorável, José Fogaça (PMDB-RS) mostrou as vantagens da PEC para quem espera o pagamento de precatórios pelo Estado. “No momento em que há um parcelamento desse crédito, ele se torna mais acessível e portanto mais viável o seu recebimento”, afirmou, acrescentando que o Estado e o credor serão favorecidos.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) considerou infeliz o cidadão que tem a receber um crédito do Estado, e lastimou que o Brasil trate tão mal esse credor. Referindo-se à aprovação da PEC, disse que o Senado estava dando “muita colher de chá para o setor público e muito castigo para o cidadão que é credor do Estado e que levará dez anos para receber o que lhe é devido”.

CONHEÇA OS PRINCIPAIS PONTOS DA PEC DOS PRECATÓRIOS

Como solução para o pagamento de precatórios atrasados, prevê o parcelamento, em até dez anos, dos débitos resultantes de processos instaurados até 31 de dezembro de 1999. A partir daí, volta a valer o que estabelece a Constituição em seu corpo permanente, ou seja, o pagamento no ano seguinte.

Os precatórios de créditos de natureza alimentícia deverão ser pagos em até 90 dias, até um limite a ser fixado em lei. O texto tipifica esses créditos como aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, assim como benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez.

A requerimento do credor, os precatórios poderão ser pagos com títulos ou certificados da dívida pública. Os precatórios para desapropriação do único imóvel residencial deverão ser pagos em até dois anos.

Será permitida ao presidente do tribunal competente a requisição ou determinação de seqüestro de quantias no caso de inadimplência do devedor. Tipifica-se como crime de responsabilidade a ação, desse presidente, que vise ao retardamento do pagamento do precatório, ou a tentativa de fraude do mesmo.

Somente serão pagos débitos provenientes de sentenças já transitadas em julgado, isto é, para as quais não há mais recurso possível.

Os precatórios judiciais devem ser incluídos nos orçamentos das entidades de direito público até 1º de julho, com prazo para pagamento até o final do ano seguinte. A atualização monetária dos precatórios, antes feita no ato de sua inclusão no orçamento, passará a ser feita no pagamento.



Edison Lobão lembrou que existe um "estoque" de oito ou dez anos de precatórios não pagos

Lobão afirma que mudança permite resgate de dívidas

O relator da proposta de emenda constitucional que disciplina o pagamento de precatórios judiciais, senador Edison Lobão (PFL-MA), afirmou que o parcelamento desses débitos em até dez anos representa a única maneira de permitir que o poder público pague, de verdade, essas dívidas.

— A Constituição manda que precatórios sejam pagos no ano seguinte à decisão judicial, mas existe, nesse momento, um estoque de oito ou dez anos de precatórios não pagos que, sem a possibilidade de parcelamento, permanecerão nessa situação — observou o senador.

Lobão explicou que se decidiu por um parecer favorável à PEC depois de ouvir credores do poder público defendendo a proposta. "Acolhi emenda do senador Roberto Requião permitindo a correção dos montantes com juros legais de 6% e também emenda do senador Amir Lando determinando que o dinheiro vá diretamente do Ministério da Fazenda ao Poder Judiciário, impedindo que possa passear pelo sistema financeiro."

Segundo Lobão, muitos dos precatórios não estão sendo pagos por serem exorbitantes. "Se o fossem, representariam prejuízos para o poder público. Por isso, seria bom que a PEC fosse complementada com a aprovação de um projeto de lei do senador Roberto Freire (PPS-PE) prevendo a necessidade de se cotejar a avaliação judicial do bem com seu valor de mercado", afirmou.

Houve uma tentativa do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) de adiar a votação da PEC para maio, para permitir um "retoque melhorando a situação dos credores", mas o requerimento de adiamento foi rejeitado.

Comprador de imóvel terá garantia em caso de falência da construtora

Créditos relativos à aquisição de unidades residenciais, assim como os trabalhistas, terão prioridade sobre os créditos tributários, quando a incorporadora quebrar

O Senado aprovou ontem projeto oriundo da CPI do Judiciário que altera o Código Tributário, a Lei de Condomínios e a Lei de Falências, para determinar que os créditos relativos à aquisição de unidades residenciais, assim como os trabalhistas, terão prioridade sobre os créditos tributários nas falências de construtoras ou incorporadoras. Sessenta e cinco senadores votaram a favor da iniciativa e dois contra. O projeto agora vai para a Câmara.

A alteração vai resultar em maior segurança para os compradores de imóveis na planta. Quando da falência de uma incorporadora, como aconteceu com a Encol, os compradores de apartamentos não ficarão aguardando muito



A CPI do Judiciário sugeriu a alteração que beneficia os compradores da casa própria

tempo pelo recebimento do que pagaram ao incorporador. Esses créditos terão prioridade tanto

quanto os trabalhistas e deverão ser pagos com preferência sobre os créditos tributários. A CPI do Po-

imóvel que detém uma forte garantia em caso de falência do construtor ou incorporador.



A proposta aprovada resultou da CPI que investigou o sistema financeiro

Contratos próprios do sistema financeiro são excluídos do Código Civil

O Senado decidiu ontem retirar da abrangência do Código Civil os contratos celebrados no âmbito da regulamentação aplicável às instituições do sistema financeiro e do mercado de capitais. Foram excluídos da disciplina do código todos os contratos em que a liquidação ocorre pela diferença entre o preço ajustado e a cotação que tiverem no vencimento do ajuste, negociados em bolsas de valores.

Apresentada pela CPI do Sistema Financeiro, a proposta destina-se a atualizar a lei para evitar a contradição existente entre regras gerais e regras específicas aplicadas nos contratos negociados em

bolsas de valores. Em defesa do projeto, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) disse que os mercados financeiros evoluíram significativamente desde a edição do Código Civil, em 1916, criando novos instrumentos de alocação das poupanças, por meio de mercados regulamentados e supervisionados de forma específica.

Ele explicou que a especialização desses mercados e instrumentos financeiros conduz também à necessidade de um tratamento jurídico mais condizente com as necessidades contemporâneas. Cabral cumprimentou o relator da CPI, senador João Alberto (PMDB-MA), pela idealização do projeto.

Empresas limitadas poderão ser obrigadas a publicar balanço

O Senado resolveu obrigar as sociedades constituídas por quotas de responsabilidade limitada a publicar, com base na escrituração mercantil, demonstrações financeiras que, complementadas por notas explicativas, expressem com clareza sua posição patrimonial e financeira e as mutações ocorridas no exercício. Para isso, foi aprovado projeto oriundo da CPI do Sistema Financeiro alterando o Código Civil. A matéria vai à Câmara dos Deputados.

Com a decisão, aquelas sociedades constituídas por quotas de responsabilidade limitada deverão publicar, ao fim de cada exercício social, o balanço patrimonial, a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, do resultado do exercício e das origens e aplicações de recursos. Essas disposições não se aplicam, contu-

do, às sociedades caracterizadas como pequenas empresas.

A CPI concluiu que as sociedades constituídas por quota de responsabilidade, por não serem estruturadas na forma de sociedades anônimas, não divulgam dados necessários para que investidores tenham acesso à sua efetiva situação financeira. Constatou também que a publicação dessas informações servirá como instrumento para que as empresas tenham maior cuidado com seus atos contábeis.

Outro argumento da CPI em defesa do projeto foi o de que ele é fundamental para o aperfeiçoamento das instituições, visto que será garantida maior solidez às transações e até mesmo reduzido o risco das partes em negócios, especialmente os realizados no mercado imobiliário.

Aprovado embaixador do Brasil para o Paraguai

O diplomata Luiz Augusto de Castro Neves será o embaixador do Brasil no Paraguai. Por 52 votos favoráveis, oito contrários e três abstenções, o Senado aprovou ontem a indicação feita pela

Presidência da República.

Na mesma sessão, o Senado outorgou concessão à Rádio Taquara para explorar serviço de radiodifusão em onda média na cidade de Taquara (RS).

Marina: crise reforça necessidade de preservação

Ao participar de seminário sobre águas, senadora lamenta superficialidade na abordagem das questões ambientais pelos meios de comunicação e prevê mais destruição com a ênfase no modelo de alto consumo da sociedade atual

Os colapsos no abastecimento de água, a inutilização de mananciais, a morte de rios e a contaminação de animais e seres humanos têm sido os fatores utilizados para justificar a necessidade de conscientização sobre a necessidade de preservação dos recursos hídricos, na opinião da senadora Marina Silva (PT-AC). Conforme ela, a discussão sistemática das questões ambientais nos meios de comunicação locais e de massa ainda é superficial, ocorrendo com mais ênfase por ocasião de catástrofes como o recente derrame de óleo na baía de Guanabara.

A senadora presidiu a mesa-redonda "Água, Comunicação Social e Cidadania", no segundo e último dia do seminário "Águas 2000 – Qualidade e Desenvolvimento", realizado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, no Auditório Petrônio Portella. A presidente da comissão, senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), dividiu com o senador Paulo Souto (PFL-BA) a presidência do painel "Água – Agricultura, Indústria, Energia e Transportes". Os dois, além do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), representando



Marina Silva chamou atenção para a diminuição dos cursos d'água na Amazônia

a Mesa do Senado, ressaltaram a importância de amplo debate e participação da sociedade na gestão dos recursos hídricos.

Marina Silva chamou a atenção para o fato de que em muitos projetos do Incra na Amazônia está sendo necessária a construção de açudes, uma vez que a derrubada das matas em torno das nascentes e outras áreas diminuiu sensivelmente o nível dos cursos d'água. Comentando a palestra do presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea) do Rio de Janeiro, José

Chacon de Assis, a senadora disse concordar em que a ênfase no modelo de alto consumo do capitalismo neoliberal levará a enorme destruição ambiental.

Seja por força das conseqüências danosas do mau uso dos recursos naturais, seja em virtude da maior mobilização da sociedade, o fato é que está havendo elevação do nível de consciência da população em torno das questões ambientais e particularmente da água. É o que entende Fernando Rodrigues, assessor do Departamento de Produção e Fomento Vegetal do Ministério da Agricultura. Ele pediu especial atenção ao setor, por se

tratar de um grande usuário de água e uma vítima das más ações que empreende. Rodrigues observou ainda que é preciso coordenar a necessidade crescente de aumento da produção com a necessidade de preservar e melhorar a qualidade da água.

O secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, Raimundo Garrido, expôs preocupações semelhantes, relatando os resultados do II Fórum Mundial das Águas, realizado há pouco tempo em Haia, na Holanda. Ali foi lançado um novo conceito destinado a guiar as ações de coordenação entre produção e meio ambiente, acrescentando ao lema "mais grãos por cada gota", a frase "mais gotas por cada gota". A idéia é evitar que a produção agrícola ou industrial suje ainda mais as águas e que a recuperação das áreas poluídas seja feita de forma mais firme e acelerada.

O senador Paulo Souto disse ser fundamental o aumento dos investimentos em saneamento básico. Conforme o parlamentar, a queda nesses investimentos deu-se em razão da falta de recursos no caixa dos governos estaduais e das restrições impostas pelo governo federal em seu programa de redução do déficit fiscal. Souto sugeriu que os organismos internacionais que normalmente financiam projetos de saneamento apliquem não apenas nos grandes centros, mas também nas pequenas cidades, consideradas por ele grandes agentes poluidores ao lançar esgotos nos rios.



Bernardo Cabral, ao lado de Antonio Carlos Valadares, lembrou no seminário que a Amazônia tem 70% da água potável do Brasil

Cabral rechaça cobiça internacional pela água da Amazônia

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) rechaçou qualquer tentativa estrangeira de suprimir a soberania brasileira dos recursos hídricos nacionais. Segundo ele, já há "olhares de cobiça internacional" sobre a água da Amazônia, que representa 70% da água potável do Brasil. O país tem 13% de toda a água potável do mundo.

– Mas nós, brasileiros, não vamos abrir mão dela – afirmou durante o seminário "Águas 2000 – Qualidade de Vida e Desenvolvimento", ao encerrar o primeiro ciclo de debates, que presidiu. O seminário é promovido pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

O parlamentar defendeu celeridade no exame, pelo Senado Federal, do projeto de lei que cria a Agência Nacional de Águas, do qual é relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde apresentou voto favorável. O projeto será também examinado pela Comissão de Infra-Estrutura e pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), antes de ser votado em Plenário.

– Quanto mais tardar sua aprovação, mais irá demorar a conscientização do povo sobre a importância dos recursos hídricos – disse.

O senador presidiu a mesa-redonda sobre o tema "Água e Legislação", que teve como palestrante o professor Francisco Van Acker,

consultor jurídico da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb) do estado de São Paulo. Van Acker destacou a importância de uma solução negociada para o domínio das águas, que deve ser compartilhado por municípios, estados e União.

Para o consultor, esse compartilhamento deve ser traçado em planos de uso de bacias hidrográficas elaborados por comitês do qual participem os entes da Federação envolvidos. O assessor do Ministério do Meio Ambiente (MMA) Jerison Kelman entende que esses planos devem determinar as condições mínimas de vazão de água e condições máximas de concentração de poluentes para cada rio ou manancial.

A secretária do Meio Ambiente do estado de São Paulo, Lúcia Sena, propôs o estabelecimento de políticas públicas complementares à lei de recursos hídricos, como uma política de despejo de resíduos sólidos. Já o secretário de Recursos Hídricos do MMA, Raimundo Garrido, elogiou a ágil estrutura prevista para a ANA.

Ao final dos trabalhos, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) pediu que a transposição de águas do rio São Francisco seja precedida de consultas às comunidades dos estados que podem ser prejudicados com a diminuição da vazão do rio, entre eles Sergipe.

Especialista defende política para o setor

O Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos precisa ser colocado logo em prática, a fim de que o país tenha uma política adequada para o setor, disse o professor Eduardo Lanna, do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ao participar do seminário "Águas 2000 – Qualidade de Vida e Desenvolvimento".

Para que isso ocorra, disse o professor, é preciso que o Senado aprove o projeto que trata do gerenciamento da política de recursos hídricos e o que cria a Agência Nacional de Águas (ANA). Somente após o Congresso Nacional deliberar sobre essas matérias, no seu entender, é que o país passaria a ter de fato um

sistema de gestão da água.

O professor Eduardo Lanna entende também que a noção da escassez e da vulnerabilidade da água e conceitos sobre recursos hídricos devem fazer parte do cotidiano das pessoas. Isto só será possível, observou o professor, a partir da educação da população, a começar pelos alunos do ensino fundamental e médio.

Entende o professor que a ciência e a educação devem caminhar juntas para que o país preserve os seus mananciais e tenha uma água potável de boa qualidade. Nesse sentido, ele defendeu o incentivo, pelo governo, à implantação de cursos de graduação e pós-graduação no setor de recursos hídricos, como forma de o

país ter uma política séria de preservação da água.

O professor Rubem Porto, da Universidade de São Paulo, também tomou parte da mesa-redonda sobre o tema "Água, Ciência e Educação". Ele concordou com a importância da educação na preservação dos recursos hídricos e defendeu, ainda, a destinação de mais recursos governamentais para pesquisas no setor.

O secretário adjunto do Ministério da Ciência e Tecnologia, Rui Henrique Albuquerque, informou que o presidente Fernando Henrique Cardoso deverá autorizar, nos próximos dias, a liberação de R\$ 50 milhões que deverão ser aplicados na áreas de recursos hídricos.

CCJ ouvirá procurador-geral sobre denúncias

Geraldo Brindeiro participará de audiência pública para esclarecer acusações de membros do Ministério Público sobre atrasos e desvirtuamentos de processos originados em conclusões de CPIs do Congresso

O procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, será convidado a participar de audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para esclarecer denúncias veiculadas pela imprensa sobre atrasos e desvirtuamentos de processos do Ministério Público originados em conclusões das comissões parlamentares de inquérito (CPI). A decisão foi tomada na reunião da CCJ de ontem, a partir de requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS).

O senador quer explicações sobre denúncias de irregularidades feitas por outros procuradores ao jornal *Folha de S. Paulo*. O senador Romeu Tuma (PFL-SP), presente à reunião, informou que o próprio Brindeiro já teria demonstrado interesse em responder às dúvidas e questionamentos dos senadores sobre o assunto.

A CCJ também aprovou parecer



Na CCJ, senadores foram informados de que Brindeiro já manifestou desejo de comparecer à comissão

do senador Jefferson Péres (PDT-AM) contrário à emenda de Plenário apresentada pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES) ao substitutivo que trata dos crimes de responsabilidade dos magistrados. O

projeto original é de autoria do senador Paulo Souto (PFL-BA), que foi relator da CPI do Judiciário.

No texto, que altera o Código Penal, Jefferson descreve as san-

ções aplicáveis aos magistrados nos crimes de improbidade administrativa no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional. Dentre esses crimes

estão, por exemplo, o recebimento de custas ou participação de processos, o extravio de documentos e a fixação de indenizações flagrantemente desproporcionais ao preço de mercado do bem ou objeto da ação.

O substitutivo também estabelece que qualquer cidadão poderá apresentar uma representação, ao Ministério Público ou à Corregedoria de Justiça, sobre a existência de crime cometido por magistrado. Se considerado culpado, mesmo que apenas por haver tentado cometer o crime, o juiz perderá o cargo e será considerado inabilitado a exercer outra função pública pelo período de oito anos.

O presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), comunicou que a comissão irá realizar outra audiência pública no dia 11 de abril para discutir a chamada Lei da Mordada.

Parlamentares votam destaques ao texto do Orçamento 2000

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização reúne-se hoje, às 10h, para dar continuidade à apreciação dos destaques apresentados pelos parlamentares ao texto do Orçamento da União de 2000, que tem como relator o deputado Carlos Melles (PFL-MG). O principal assunto a ser examinado na reunião, para que os parlamentares votem os últimos destaques ao texto, refere-se à proposta de estabelecer um gasto *per capita* do Sistema Único de Saúde (SUS) em todos os estados, que estabelece novas normas com relação à proposta enviada pelo Executivo.

De acordo com essa medida, o gasto unificado do SUS por pessoa será de R\$ 58,44. Já pela proposta do Executivo, os gastos variam de R\$ 62,55, no Rio de Janeiro, a R\$ 28,42, no Amapá. O assunto gerou polêmica na última reunião da comissão, pois a mudança exigiria recursos extras no valor de R\$ 1,58 bilhão para a área de saúde. As lideranças do governo na comissão não concordam com a proposta. Por esse motivo, o presidente da comissão, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), adiou a votação dos destaques e marcou nova reunião para hoje.

Comissão aprova PEC que dá a estrangeiro direito ao voto

Os estrangeiros residentes e domiciliados no Brasil há no mínimo oito anos poderão conquistar o direito de votar nas eleições municipais de 2004. A possibilidade será concretizada se proposta de emenda constitucional que obteve ontem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania for aprovada no Plenário do Senado e pela Câmara dos Deputados.

A PEC, de autoria do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), e relatada favoravelmente pelo senador Carlos Wilson (PPS-PE), define também que os estrangeiros poderão candidatar-se ao cargo de



Álvaro Dias: estrangeiros integrados em suas comunidades ainda sofrem discriminação

vereador, situação vetada atualmente pela Carta Magna. A exigência dos oito anos de residência no

país partiu de emenda do senador Roberto Requião (PMDB-PR) acatada pelo relator.

Para as eleições municipais de outubro deste ano a PEC dificilmente conseguiria ser colocada em prática, pois o alistamento eleitoral encerra-se no próximo dia três de maio e a matéria ainda precisa ser apreciada, em dois turnos pelo Plenário do Senado, pelas comissões técnicas da Câmara e também em dois turnos pelo Plenário daquela Casa.

O autor justificou sua iniciativa frisando que a proposta está de acordo com as novas tendências mundiais de integração en-

tre os países – perceptíveis por acordos como a União Européia e o Mercosul – e permitirá a total integração dos estrangeiros já incorporados à cultura nacional:

– A PEC vai corrigir uma injustiça com os estrangeiros que já estão integrados, mas sofrem discriminação por não poderem participar da vida política do município que escolheram como morada – afirmou Álvaro Dias.

Associaram-se às opiniões do relator, os senadores Jefferson Péres (PDT-AM), José Fogaça (PMDB-RS), Romeu Tuma (PFL-SP) e Amir Lando (PMDB-RO).

Adiada votação de proposta sobre reprodução assistida

Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidiram, na reunião de ontem, analisar por mais uma semana o projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que estabelece normas para as técnicas e condutas que regem a reprodução assistida. O projeto foi relatado favoravelmente pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR) que lembrou aos senadores da comissão que a matéria já foi amplamente discutida nos oito meses em que tramita na CCJ.

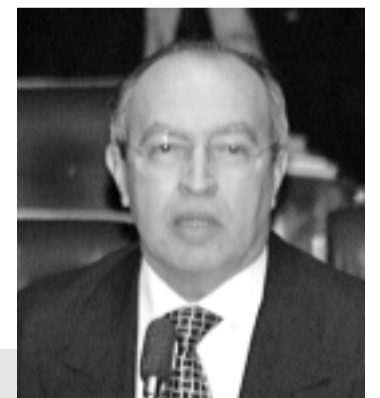
O prazo de uma semana será

destinado principalmente ao estudo das penas definidas pelo relator para alguns crimes que podem ser praticados nesta área, como a produção e o implante de mais de quatro embriões na mulher receptora e a destruição ou cessão de embriões, entre outros.

Na mesma reunião, os integrantes da CCJ aprovaram, por unanimidade, projeto de lei do senador Arlindo Porto (PTB-MG), relatado favoravelmente pela senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), que visa estender a determinadas categorias profissionais a dispensa de

prestação de exames de saúde para a obtenção de carteira de habilitação para a condução de veículos automotores. A proposta modifica o Código de Trânsito Brasileiro.

A intenção do senador, explicou, é desburocratizar os procedimentos para aqueles cidadãos que já realizam exames similares e regulares para poderem exercer suas atividades profissionais, como é o caso dos mergulhadores profissionais e dos militares. Essa exceção já é prevista para os aeronautas, lembrou Arlindo.



Lúcio Alcântara definiu, em seu projeto, as penas para crimes relacionados com a atividade

CAS aprova normas para assistência pré-natal

Proposta torna obrigatória a realização de exames complementares para gestantes pela rede hospitalar do SUS, com o objetivo de reduzir a transmissão de doenças infecto-contagiosas da mãe para a criança

Projeto de lei que regulamenta a assistência pré-natal, tornando obrigatória a realização de exames complementares para gestantes pela rede hospitalar do Sistema Único de Saúde (SUS), foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

De autoria do senador Tião Viana (PT-AC), o projeto recebeu substitutivo do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). O relator ampliou a proposta, estabelecendo que a paciente seja atendida por hospitais particulares quando não houver hospitais públicos na região onde reside. Posteriormente, o SUS ressarcirá a rede privada. Tratando-se de substitutivo acolhido em caráter terminativo, o texto será votado em turno suplementar e, se aprovado, seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para exame pelo Plenário do Senado.

Tião Viana argumenta, na justificativa do projeto, que os exames complementares e a assistência pré-natal contribuirão para conter a transmissão de doenças infecto-contagiosas da mãe para a criança (transmissão vertical). Ele lembrou que cerca de 250 mil crianças são contaminadas pela hepatite B a cada ano, no Brasil, pela falta de exames preventivos.

O projeto estabelece uma relação dos procedimentos e exames complementares essenciais à assistência pré-natal – entre outros, obrigatoriamente, os necessários para a detecção do vírus HIV e da hepatite e dos agentes da sífilis e da toxoplasmose. Nas situações em que haja doença materna transmissível ao lactante pelo aleitamento, o poder público deverá, conforme o projeto, fornecer leite e demais nutrientes necessários à criança, até que ela complete dois anos de idade.

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) disse que o projeto vai garantir uma melhor qualidade de vida para os recém-nascidos e para as mulheres. A senadora Marina Silva (PT-AC) reconheceu que a proposta tem uma visão de vanguarda para a saúde dos brasileiros.



Comissão de Assuntos Sociais acolheu projeto que pode contribuir para melhorar a qualidade de vida das mães e dos recém-nascidos

Empresa que não empregar deficientes poderá ser punida

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem, em caráter terminativo, substitutivo do senador Antero de Barros (PSDB-MT) a projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que estabelece penalidades para as empresas que não cumprirem a obrigatoriedade de empregar pessoas portadoras de deficiência física.

De acordo com o substitutivo, a empresa privada que não destinar determinado percentual de vagas a deficientes físicos em seu quadro de pessoal estará sujeita à suspensão de empréstimos e financiamentos por instituições fi-

nanceiras oficiais, terá vedado o acesso a incentivos fiscais e ficará inabilitada para licitar e contratar com qualquer órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta federal, estadual ou municipal. Também estão previstas multas de mil a dez mil Unidades Fiscais de Referência (Ufirs), conforme a gravidade da infração; esses valores se constituirão em receita do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O percentual de vagas destinadas a deficientes físicos varia, segundo a Lei 8.213, de 2% a 5%, conforme o número de empregados.

Projeto exige tratamento adequado de esgotos

Com parecer favorável do senador José Alencar (PMDB-MG), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto da Câmara dos Deputados que proíbe o lançamento de esgotos sanitários e industriais, sem tratamento adequado, no solo, mar, rios, canais e lagos naturais ou artificiais. A proposta será agora encaminhada ao Plenário.

O projeto proíbe a colocação de lixo *in natura* ou incineração a céu aberto e o lançamento de detritos em cursos d'água. No que se refere aos esgotos hospitalares, antes de serem lançados em redes coletoras deverão sofrer tratamento que assegure a eliminação dos microrganismos patogênicos. Além disso, o lançamento de esgotos in-

dustriais em redes coletoras só poderá ser feito mediante licença das autoridades sanitárias.

PISO

A CAS também aprovou parecer favorável do senador Tião Viana (PT-AC) a duas emendas do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) a projeto da Câmara que fixa o piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas em R\$ 1.337,32. A proposta já foi aprovada em primeiro turno pelo Plenário do Senado.

De acordo com o relator, uma das emendas deixa claro que o novo piso passará a vigorar somente a partir da aprovação da nova lei. Desse modo, observou, estará afastada a possibilidade de ações reclamando pagamento retroativo.

Comissão acolhe indicado para Agência de Vigilância Sanitária

Parecer favorável do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) à mensagem presidencial indicando o nome de Luiz Milton Veloso para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVS) foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais. A indicação segue agora para apreciação pelo Plenário, e, se aprovada, Veloso terá mandato de três anos.

Durante sua exposição, Luiz Milton Veloso referiu-se à CPI dos Medicamentos, da Câmara dos Deputados, dizendo que sua intenção é aproveitar os resultados desse trabalho para fundamentar as atividades da ANVS. O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) observou que a legislação da agência e o parecer de Althoff não esclarecem em que área o indicado atuará.

O senador Tião Viana (PT-AC) fez um alerta a Veloso sobre os problemas na fiscalização dos medicamentos. Para o senador – que é médico –, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária deveria se empenhar em uma campanha para impedir o uso indiscriminado de medicamentos.

– Conforme dados oficiais, de 10% a 17% das patologias dos idosos têm como causa o uso inadvertido ou equivocado de medicamentos. E, apesar de o estado haver gasto cerca de US\$ 728 milhões com medicamentos em 1997, de 30% a 40% dos pacientes da rede hospitalar pública são vítimas de “distúrbios afetivos”, embora os médicos lhes prescrevam remédios – disse.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) ressaltou a importância de a agência se posicionar sobre as críticas publicadas na imprensa questionando a eficácia dos medicamentos genéricos. Ele também afirmou que a criação da ANVS abre um novo horizonte para a vigilância sanitária no Brasil. De acordo com o senador José Alencar (PMDB-MG), a ANVS deverá se posicionar quanto à possibilidade de alguns medicamentos anódinos (secundários) passarem a ser vendidos fora de farmácias, a fim de baixar os preços.

Na opinião do senador Pedro Simon (PMDB-RS), as agências reguladoras criadas pelo governo não estão funcionando adequadamente.

Veloso, ao lado de Osmar Dias e Heloísa Helena, fez exposição na CAS



ACM: povo é quem perde com salário de R\$ 151

Presidente do Senado critica manifestação de ministro sobre o novo valor do mínimo. Ao comentar os ataques feitos pela ex-primeira-dama de São Paulo, diz que foram “ampliados e explorados politicamente”

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem, em discurso ouvido atentamente por um Plenário lotado, inclusive com a presença de deputados, que “foram os brasileiros os perdedores” com a fixação do salário mínimo em R\$ 151, em vez de US\$ 100 dólares (R\$ 177), como defende seu partido, o PFL.

O senador considerou “inacreditável” que o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, tenha declarado na televisão que a oposição perdeu no caso do salário mínimo, pois defendia um valor bem superior ao definido pelo presidente da República.

– Quem perdeu foi o país. Quando o povo é o perdedor, é melhor a sua companhia do que a dos que ganharam diminuindo o já escasso pão dos pobres. O povo conhece a cara de quem o derrota, e os que com ele perderam são os verdadeiros vencedores – afirmou.

Antonio Carlos informou ainda que deu entrada em ação, no Fórum de São Paulo, pedindo a punição criminal da “caluniadora” Nicéa Camargo. Ao comentar as denúncias da ex-mulher do prefeito de São Paulo, disse que “as sandices de uma senhora revoltada por ter sido abandonada pelo marido” foram ampliadas e exploradas politicamente por seus “adversários e inimigos”. Para ele, os ataques que recebeu no episódio foram “engendrados para atender também objetivos eleitorais”.

– De repente, 50 anos de vida pública exemplar, de conduta ética inatacável, de bons serviços prestados ao meu estado e ao Brasil são desconsiderados, e vejo meu nome misturado ao de pessoas que estariam comprometidas com ações condenáveis. Hoje, os de boa-fé já não se enganam a respeito dos propósitos da leviana – acrescentou. O senador desafiou qualquer ministro, ex-ministro, político ou banqueiro que “aponte um só caso” em que tenha feito solicitação em favor de qualquer empresa.



Antonio Carlos desafiou quem “aponte um só caso” em que tenha feito solicitação em favor de qualquer empresa

Nunca o Congresso trabalhou com tanto empenho, diz senador

O senador Antonio Carlos Magalhães sustentou, em seu pronunciamento, que nunca o Congresso trabalhou tanto e com tamanho empenho como nos últimos anos, e disse que qualquer estatística pode comprovar isto. Apesar de tanto trabalho, ele lamentou que o brasileiro não conheça o que o Parlamento vem realizando, pois a maior parte das informações que recebe da mídia fala das atividades de uma minoria de parlamentares denunciados por cometerem irregularidades.

– Indago: divulga-se, com o mesmo espaço, a atuação operosa e produtiva do Congresso? Noticiam-se os debates, as grandes votações? Não. Nada se fala e fica por isso mesmo. Será que a democracia ganha com essa atitude da mídia? – questionou.

Antonio Carlos observou que a mesma parte da mídia que ataca o Congresso, como se todos agissem como os parlamentares acusados de cometer irregularidades, tenta sempre denegrir sua imagem como senador.

– Tentaram, tentarão sempre denegrir-me, sabedores de que, infelizmente, neste país, onde a mídia mancha a vida de qualquer um impunemente, o ônus da prova da inocência cabe ao acusado. E ainda aparecem uns tipos estranhos, comentaristas de TV, que ganham salários várias vezes maiores do que o que recebem os congressistas, a depreciar a imagem de pessoas sérias e do Parlamento – assinalou.

O senador disse que paga um

preço alto por ter trabalhado no regime militar pós-64. “Muito ódio dos pseudodemocratas vem daí. Não me perdoam.” Acrescentou que, embora apoiando a administração federal, discordou “de alguns desvios do movimento de março” e enfrentou generais, respondeu a investigações policiais-militares e sofreu retaliações. “Nunca compactuei, nunca aceitei a tortura.”

Antonio Carlos lamentou ainda que “setores da imprensa” considerem o PFL, seu partido, “símbolo do pragmatismo, quando não dizem que é o símbolo do fisiologismo”, apesar de a agremiação contar com homens experientes e cômicos de seus deveres para com o povo. “Os mais radicais proclamam até ser nossa intenção desestabilizar o governo com a defesa de um aumento do salário mínimo que traga benefícios reais ao trabalhador”, comentou. Para o senador, essa parte da mídia pretende intrigá-lo com o presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele observou que os dois discordam, divergem, mas “o propósito de ambos deve ser sempre o de melhor servir ao Brasil”.

Em apartes, os senadores Paulo Souto (PFL-BA), Hugo Napoleão (PFL-PI) e Francelino Pereira (PFL-MG) apoiaram o discurso de Antonio Carlos. Paulo Souto, ao falar sobre os bons resultados fiscais do governo da Bahia (ele governou o estado), mostrou-se emocionado. “Nada do que foi feito na Bahia teria ocorrido se não houvesse moralidade administrativa”, disse.

Jader afirma que PMDB não é insensível na questão do mínimo

O senador Jader Barbalho (PA), presidente e líder do PMDB, disse ontem, em resposta ao senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que não aceita ser incluído na lista dos “insensíveis” na questão da fixação do valor do salário mínimo.

– Nessa relação dos insensíveis eu não fico e não deixo meu partido ficar. Nós, do PMDB, queremos o melhor e o maior salário mínimo que a economia deste país possa suportar – afirmou.

Jader lembrou que, em reunião do presidente da República com a equipe econômica e lideranças dos partidos no Congresso Nacional, o ministro da Previdência, Waldeck Ornelas, explicou que o valor de R\$ 151 é o máximo possível, uma vez que cada R\$ 5 acrescidos ao salário mínimo geram um déficit de R\$ 1 bilhão na Previdência Social.

– Se o ministro Waldeck Ornelas disser na comissão mista que a Previdência suporta o aumento, seja lá que número for, o meu partido dará integral apoio. O que eu não posso é assistir ao ministro da Previdência, senador pela Bahia, seu colega, dizer uma coisa no Palácio do Planalto, V. Ex^a dizer outra na tribuna e ficar o meu partido na relação dos insensíveis. Não, na relação dos insensíveis, não, senhor presidente! – protestou.

Jader prestou solidariedade a Antonio Carlos em relação às acusações feitas por Nicéa Camargo, ex-mulher do prefeito de São Paulo. Segundo Jader, Antonio Carlos “está sendo envolvido gratuitamente nesse episódio” e a indignação por ele demonstrada é mais do que justa.

Antonio Carlos agradeceu as palavras de apoio e de solidariedade de Jader e observou, ainda, que o ministro Waldeck Ornelas não é tão radical como afirmou o peemedebista.

– No entanto, se o seu propósito é incompatibilizar o ministro com o Palácio do Planalto, pouco me importa. Continuo com minhas idéias. Para mim é indiferente se o presidente da República mantém ou não os ministros Waldeck Ornelas e Rodolpho Tourinho. V.Exa. enveredou pelo seu hábito de fazer intrigas – disse Antonio Carlos.

Jader lamentou que Antonio Carlos não tivesse “entendido” seu discurso. ele disse que não conhece nada que desabone a conduta dos ministros citados e lembrou que não era o único líder presente à reunião com o presidente da República, quando Waldeck Ornelas explicou o impacto do aumento do salário mínimo nas contas da Previdência. “Não sou de fazer salamaleque, nem sou palaciano. Portanto, não tente me incluir nessa relação, porque em matéria de palácio V. Ex^a ganha de mim”, afirmou.

Para Jader, PMDB quer “o melhor e o maior salário mínimo” que a economia possa suportar



Freire propõe pacto político para dar piso de R\$ 900 a trabalhador

Senador do PPS acha que governo e lideranças partidárias devem firmar acordo para oferecer ao brasileiro um “piso salarial digno” no prazo de dez anos

O senador Roberto Freire (PPS-PE) propôs ontem um pacto entre o governo e as lideranças político-partidárias para assegurar um piso salarial digno aos trabalhadores brasileiros, da ordem de R\$ 900, conforme cálculos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese). O pacto deveria estabelecer esse valor como meta a ser atingida em dez anos, por exemplo, e fixar percentuais de aumento a cada ano, disse o senador.

A proposta garante, na opinião de Freire, que a questão do salário mínimo seja discutida seriamente, em todas as suas variáveis. As discussões entre o PFL e o PMDB so-

bre o assunto, como as ocorridas ontem no Plenário do Senado entre Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Jader Barbalho (PMDB-PA), foram consideradas por Freire como “pequenas, bisonhas”.

Trata-se, no entendimento do senador, de analisar o impacto de um aumento progressivo do mínimo sobre as contas públicas, a Previdência e seus problemas de arrecadação, e o financiamento do setor público:

– Que não se fique nessa discussão bisonha nem se caia na pura demagogia, como acontece todo ano – insistiu.

O senador avaliou que também



Freire utilizou cálculos do Dieese para definir o valor de R\$ 900 a ser atingido como o salário mínimo ideal

o governo federal falha ao discutir o salário mínimo, pois estaria entrando no jogo da “inusitada ali-

ança entre ACM e o PT”.

Roberto Freire disse ainda que queria fazer um “pequeno reparo” histórico ao pronunciamento do presidente do Senado, que pouco antes afirmara que havia se manifestado contra o regime militar. Freire disse que Antonio Carlos somente apoiou o Congresso da UNE, em Salvador, contra o regime militar, em 1979, quando o movimento pela redemocratização já adquirira tal força que “alguns setores, que sempre sustentaram a repressão, naquele momento deram um primeiro passo para derrotar o regime em 1985, com a Aliança Democrática”. O Congresso da UNE, reiterou, “foi uma conquista das forças democráticas”.



Para Eduardo Siqueira Campos, problema previdenciário não deve ser ponto central da discussão

Eduardo quer debate sem maniqueísmo

É um erro condicionar a discussão do novo salário mínimo apenas à repercussão do aumento sobre as contas da Previdência. A afirmação foi feita ontem pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), que vê um certo maniqueísmo em debates de importantes questões nacionais. Para ele, o problema previdenciário não deve ser o ponto principal na discussão, e sim a criação de condições de vida dignas para o trabalhador brasileiro. Assim, sustenta, é imperativo buscar alternativas para a questão.

Eduardo propõe que se estude a possibilidade de serem desvinculadas as aposentadorias e pensões do valor do salário mínimo.

Outro ponto que, segundo o senador, não vem recebendo tratamento adequado é o debate em torno da proibição do porte de armas:

– O debate e as soluções apontadas não podem ignorar ou passar por causas da maior gravidade que estão no bojo da violência – afirmou Eduardo Siqueira Campos.

Senador elogia estudo sobre solo do Tocantins

Eduardo Siqueira Campos prestou homenagem ao professor Guido Ranzani, da Universidade do Tocantins, pelo lançamento da “Carta de Solos”, um estudo que permite conhecer, em detalhes, o melhor uso agrícola das terras, correções necessárias, áreas efetivamente produtivas e as que devem ser preservadas, entre os municípios de Porto Nacional e Ipueiras (TO).

A obra consiste num estudo de 100 páginas, apresentada sob a forma de mapas, com fotogeometria e recuperação de imagens via satélite:

– A homenagem que desejo prestar é ao professor Guido Ranzani e a seus alunos, que, juntos, realizaram este trabalho de grande significado para o estado – disse o senador.

Heloísa considera que razões do governo são “propaganda enganosa”

A senadora Heloísa Helena (PT-AL), líder do Bloco Oposição, criticou ontem o argumento do governo de que haveria um “rombo” nas contas da Previdência para justificar o salário mínimo de R\$ 151, classificando-o como “propaganda enganosa”. Segundo ela, as autoridades governamentais “sempre dizem que há rombo, mas não apontam os arrombadores, que, com certeza, não é o trabalhador brasileiro”.

Segundo a senadora, uma análise do déficit da Previdência revela que “os governos saquearam R\$ 70 bilhões dos cofres da Previdência”. No ano passado, afirmou, outros R\$ 20 bilhões foram “arrancados do dinheiro da Previdência para fazer o ajuste fiscal”. Citando dados da Associação Nacional dos Fiscais da Previdência, a senadora destacou que mais de R\$ 72 bilhões sonogados à Previdência não são cobrados.

Além disso, afirmou Heloísa Helena, a política econômica do governo, “inclusive com a cumplicidade desta Casa, joga 60% da sua população economicamente ativa na informalidade, e portanto é menos dinheiro que entra na Previdência”.

A senadora disse ter chegado a hora de aumentar o salário míni-



Heloísa Helena acusou o governo de ter “arrancado” R\$ 20 bilhões da Previdência no ano passado

mo para, pelo menos, R\$ 180, mas observou que quem quiser cumprir a Constituição vai ter que defender um salário de R\$ 946, que é o mínimo necessário para garantir ao trabalhador e sua família os direitos constitucionais que o salário mínimo deve cobrir. Ela se referiu com ironia aos pronunciamentos feitos pelos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Jader Barbalho (PMDB-PA) sobre o assunto, afirmando que, se eles realmente desejarem a elevação do mínimo, “a população já pode gastar por conta”.

Para Ademir, é preciso achatá-la pirâmide salarial no Brasil

A propósito do debate em Plenário entre o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e o líder do PMDB, Jader Barbalho (PA), sobre o aumento do salário mínimo, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) apresentou uma proposta para achatá-la pirâmide salarial do país. “O mais justo será aprovar um aumento escalonado, maior para o salário mínimo e parcela do funcionalismo público que ganha pouco, conjugado com um aumento menor para quem ganha o teto”, afirmou.

Segundo Ademir, o que não se pode aceitar é a proposta em debate no Congresso em que o salário mínimo terá um aumento de 11%, passando de R\$ 136 para R\$ 151, enquanto o teto para o servidor público será fixado em R\$ 11.500, o que implica um aumento de 69% para o Judiciário e 46% para o Legislativo, sem qualquer reajuste para o funcionalismo público em geral. “Onde fica a responsabilidade dos dois maiores partidos, o PMDB e o PFL? Como explicar essa proposta injusta à população?”, perguntou.

Ademir conclamou o presidente Fernando Henrique Cardoso a ser forte para enfrentar a greve dos juizes e o presidente Antonio Carlos Magalhães a insistir, pelo menos, no



Ademir: não se pode aceitar aumento menor para o mínimo e maior para o teto salarial

mesmo índice de aumento para o mínimo e para o teto do servidor público. “Nos Estados Unidos, um deputado ou senador ganha US\$ 6.000, enquanto o salário mínimo é de US\$ 1.200. Uma cifra é cinco vezes a outra. Não dá para aceitar que, no Brasil, um congressista ganhe 87 vezes o mínimo”, enfatizou.

Para Ademir, o Congresso não deveria dar aumento a ninguém sem contemplar o funcionalismo público em geral, que está com salários congelados há mais de cinco anos. “O PSB se dispõe a aprovar qualquer proposta para o teto do serviço público, desde que o salário mínimo e os funcionários públicos que ganhem menos recebam um aumento maior”, concluiu.

TV Senado discute salário mínimo e Código de Defesa do Contribuinte

O novo salário mínimo, fixado na semana passada pelo governo em R\$ 151, foi discutido pelo senador Amir Lando (PMDB-RO) em entrevista que a TV Senado apresenta hoje, às 3h30 e 7h30. Para o senador, deve-se restaurar o poder aquisitivo da população, atendendo às necessidades básicas para a sobrevivência do cidadão, como prevê a Constituição.

CÓDIGO

A proposta de Código de Defesa do Contribuinte, feita para estabelecer uma relação de igualdade entre o ci-

dadão-contribuinte e o Fisco, é um passo fundamental na complementação da cidadania no país.

A afirmação é do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), autor do projeto aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e que será apreciado agora pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

O assunto é discutido em entrevista, com Jorge Bornhausen e Edison Lobão (PFL-MA), que a TV exibe hoje, à 1 hora e às 6h30.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

0h55 — *Senado em Pauta*
1h — *Cidadania*: O senador Edison Lobão e o senador Jorge Bornhausen falam sobre o Código de Defesa do Contribuinte
1h55 — *Senado em Pauta*
2h — *Unip*: Catarata
2h25 — *Senado em Pauta*
2h30 — *Jornal do Senado*
2h55 — *Senado em Pauta*
3h — *Cores do Brasil*: Turismo em Alagoas
3h30 — *Entrevista*: O senador Amir Lando fala sobre o salário mínimo
3h55 — *Senado em Pauta*
4h — *Jornal do Senado*
4h30 — *Unip*: Catarata
4h55 — *Senado em Pauta*
5h — *TV Escola* — Educação Especial — Bem além dos limites
5h30 — *Cores do Brasil*: Turismo em Pernambuco
5h55 — *Senado em Pauta*
6h — *Unip*: Catarata
6h30 — *Cidadania*: O senador Edison Lobão e o senador Jorge Bornhausen falam sobre o Código de Defesa do Contribuinte
7h25 — *Senado em Pauta*
7h30 — *Entrevista*: Sen. Amir Lando fala sobre o salário mínimo
8h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Jornal do Senado*
8h25 — *Senado em Pauta*

8h30 — *TV Escola* — Educação Especial — Bem além dos limites

8h55 — *Senado em Pauta*

9h — *Cores do Brasil*: Pirenópolis

9h30 — *Entrevista*: O senador Leomar Quintanilha fala sobre os alimentos transgênicos

10h — Sessão Plenária (vivo)

14h — *Entrevista*: O senador Amir Lando fala sobre o salário mínimo

14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

Logo após: Comissão dos Bingos (gravado)

21h — *Jornal do Senado*

21h30 — Seminário Transposição do Rio São Francisco

Logo após: Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*

Em seguida — Música e informação

10h — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)

Em seguida — Música e informação

14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)

Em seguida — Música e informação

19h — *A Voz do Brasil*

Em seguida — Música e informação

20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste

Em seguida — Música e informação

21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste

Em seguida — Música e informação

21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste

Em seguida — Música e informação

Hartung propõe debate sobre desenvolvimento das cidades

Eleições municipais, disse ele, oferecem a chance para essa discussão, que deve privilegiar o saneamento básico, o transporte público e a habitação

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) considerou a campanha para as eleições municipais deste ano a oportunidade ideal para um debate entre os partidos e a sociedade sobre uma política de desenvolvimento urbano para as cidades brasileiras.

Ele lembrou que a taxa de urbanização do Brasil cresceu de 31,4% para 78,4% nos últimos cinquenta anos, multiplicando por dez a população urbana brasileira, que hoje soma 125 milhões de habitantes.

— É preciso priorizar o saneamento básico, a habitação e também o transporte público, que se tornou caro, desconfortável e inseguro para seus usuários — frisou o parlamentar.

Segundo Hartung, uma política de saneamento precisa levar em consideração a preservação do meio ambiente. “Não por acaso, dois desastres ecológicos mancharam o cartão postal do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro: o derramamento de óleo na baía de Guanabara e a agressão à Lagoa Rodrigo de Freitas, que corre o risco de virar um verdadeiro esgoto



Paulo Hartung afirma que as cidades carecem de planos de uso e ocupação do solo

a céu aberto. Esses são exemplos do que ocorre, quotidianamente, nas cidades brasileiras”, afirmou.

O senador disse que falta às cidades um plano diretor urbano, com propostas concretas de uso e ocupação do solo. Ele criticou o que chamou de “periferização” das cidades. Defendeu também a urbanização de favelas, de maneira a evitar que os investimentos públicos acabem sendo apropriados pela especulação imobiliária.

— Isso resultaria na expulsão dos antigos moradores e reforçaria um

círculo vicioso de concentração de renda — alertou o senador.

Para Hartung, uma política habitacional também se faz urgente, ao lado de uma política de transportes urbanos que enfrente problemas como a superlotação dos 94 mil ônibus usados anualmente por uma legião de 2,8 bilhões de trabalhadores e estudantes.

Apesar de apontar tantos problemas nas grandes cidades brasileiras, Hartung mantém o otimismo:

— Os indicadores econômicos apontam para o equilíbrio das contas internas e externas, o Congresso aprovou o controle dos gastos públicos e, brevemente, votará a Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas são as condições favoráveis para aumentar a competitividade das cidades, a partir de medidas para melhorar a infraestrutura e a produção de bens e serviços urbanos — afirmou.

Em apartes, os senadores Carlos Wilson (PPS-PE), Geraldo Lessa (PSDB-AL), Jefferson Péres (PDT-AM) e Antero de Barros (PSDB-MT) concordaram com a necessidade urgente de ações para combater a falência das cidades brasileiras.

Alcântara prevê o assentamento de 600 mil famílias no campo durante o governo FHC

O assentamento de mais de 200 mil famílias nos próximos três anos, anunciado pelo governo, deverá contabilizar um total de 600 mil assentadas até o final do mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, o que vai assegurar o acesso mais democrático do homem do campo à terra, afirmou o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). O objetivo do governo, segundo o senador, é descentralizar a reforma agrária e garantir o desenvolvimento socioeconômico sustentável do meio rural.

Alcântara analisou, em discurso, o que qualificou como “velha e secular injustiça social derivada do monopólio da terra” no país, e disse que esse conflito esgotou as relações sociais, políticas e econômicas que sempre predominaram no meio rural. A reforma agrária de hoje, acrescentou, precisa ser mais democrática e deve vir acompa-

nhada de ação exemplar da Justiça, com punição dos crimes que são cometidos contra trabalhadores rurais.

— As causas reais da violência existente no campo são decorrentes dos enormes problemas sociais e institucionais que temos, da vergonhosa impunidade nacional que protege pecuaristas, grileiros e madeireiros em suas atividades ilícitas e da própria fraqueza do Estado, que ainda não tem capacidade suficiente para coordenar a vida social da nação em sua totalidade — disse.

O senador citou o conflito em Eldorado dos Carajás, envolvendo policiais militares e sem-terra, o assassinato do padre Josimo Moraes, vigário de São Sebastião do Tocantins, e do líder rural Chico Mendes, então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (AC), entre outros.



Lúcio Alcântara

— Apesar das manchas de sangue que marcam profundamente a luta pela justiça social no campo e que envergonham ainda mais a imagem do Brasil no exterior, devemos reconhecer que o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso assentará mais gente no meio rural do que todos os governos que o antecederam nesses últimos 30 anos — concluiu.

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação: ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Ronaldo registra centenário de nascimento de Gilberto Freyre

Senador diz que o sociólogo e historiador pernambucano foi “um dos grandes fundadores da compreensão do Brasil no século XX”

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) homenageou o sociólogo e historiador pernambucano Gilberto de Mello Freyre, por ocasião da celebração do seu centenário de nascimento. Para o senador, Gilberto Freyre foi “um dos grandes fundadores da compreensão do Brasil no século XX” e revolucionou a visão que se tinha do país. Ele elogiou as obras mais conhecidas do sociólogo, destacando ainda que Freyre foi antropólogo, poeta e pintor.

— A trilogia *Casa Grande & Senzala*, *Sobrados e Mocambos* e *Ordem e Progresso* compõe um conjunto em que a interpretação da nossa história é feita com o condimento raro de notáveis qualidades literárias. Por sinal, *Casa Grande & Senzala* associa-se a outras duas grandes obras que ajudaram a revelar o Brasil: *Formação do Brasil Contemporâneo*, de



Segundo Ronaldo Cunha Lima, Gilberto Freyre soube adicionar à interpretação da história “notáveis qualidades literárias”

Caio Prado Júnior, e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda — disse o senador.

Ele ressaltou que Gilberto Freyre ofereceu um ângulo não-

convencional da realidade ao partir de pontos de observação jamais examinados, como o cotidiano, a influência inglesa e o papel do escravo. Freyre, afirmou Ronaldo, “retraiu o Brasil senhorial e ostentou a chave dos enigmas de sua formação, ao remexer nas misturas raciais e culturais que predominaram no país”.

— Ele celebrou a orgia de trocas na qual se misturavam negros e mulatos, sexo e comida, padres e chefes de candomblés, arquitetura e trópicos — observou, acrescentando que o sociólogo se contrapôs à teoria racista de Oliveira Viana, que considerava a miscigenação um dos fatores da penúria do povo brasileiro.

Lúcio Alcântara destaca as ações desenvolvidas no Brasil pelo WWF

O relatório das atividades da organização não-governamental WWF Brasil, nos últimos três anos, foi tema do discurso do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Os projetos de preservação das florestas e matas, conservação dos mananciais de água e pesquisas científicas para o melhor aproveitamento dos recursos naturais foram citados pelo senador, que destacou o sucesso das ações do organismo.

Criado com o objetivo de contribuir para conscientização da sociedade em relação à proteção à natureza, o WWF (World Wildlife Fund) iniciou seus trabalhos no Brasil em 1971, apoiando o programa de conservação do mico-leão-dourado, no Rio. Mas foi na década de 80 que a organização intensificou sua atuação no país, apoiando os primeiros anos do Projeto Tamar, de preservação das tartarugas-marinhas.

Segundo o senador, o WWF desenvolve atualmente 33 projetos próprios ou em parceria com outras organizações não-governamentais, na Amazônia, no Cerrado, no Pantanal e na Mata Atlântica, para



Segundo Lúcio Alcântara, o WWF está envolvido atualmente em 33 projetos de preservação ambiental no país

preservação de espécies e ecossistemas ameaçados, desenvolvimento de modelos alternativos de conservação, novas formas de uso sustentável de recursos naturais, ações de educação ambiental, políticas públicas e campanhas de mobilização.

Lúcio Alcântara diz que o que mais orgulha os dirigentes do WWF Brasil são os resultados da campanha “Florestas para a Vida”, que conseguiu do governo federal, em 98, o compromisso de proteger 10% das florestas brasileiras até o ano 2000. “A medida triplica a área de

florestas protegidas, o que significa a conservação de uma área adicional equivalente ao estado de São Paulo”, afirmou.

O senador encerrou seu discurso citando as palavras do diretor-executivo do WWF, Garo Batmanian: “O Brasil é o maior país tropical, com a maior concentração de espécies do mundo. Podemos aprender com as lições de outros países, que já degradaram muito. O que falta é trabalharmos de forma mais integrada e atuante para que os nossos recursos naturais sejam usados de forma racional”.

Desempenho de ministros é elogiado por Lobão

Pesquisa publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, com a avaliação do trabalho de dezenove ministros de Estado, foi comentada pelo senador Edison Lobão (PFL-MA). O senador destacou os bons resultados obtidos pelos ministros da Fazenda, Pedro Malan; da Saúde, José Serra; da Educação, Paulo Renato Souza; do Esporte e Turismo, Rafael Greca; e do Meio Ambiente, José Sarney Filho.

— Isso significa que, ao contrário do que alguns podem pensar, o povo brasileiro continua atento ao desempenho da administração pública federal, oferecendo a cada um dos membros do governo o julgamento que lhe parece mais justo — avaliou Lobão.

A atuação de Sarney Filho recebeu comentários elogiosos no pronunciamento de Lobão. O senador ressaltou as dificuldades encontradas na pasta do Meio



Lobão destacou a boa avaliação obtida por Malan, Serra, Paulo Renato, Greca e Sarney Filho

Ambiente, em virtude do interesse internacional no “patrimônio natural brasileiro”.

Sobre Greca, classificado em quinto lugar entre os ministros avaliados, Lobão disse que, “apesar da injusta carga de críticas que tem recebido”, aparece em situação privilegiada, obtendo reconhecimento popular ao seu trabalho.

Carlos Patrocínio defende campanha contra desperdício

O governo federal e os agentes econômicos privados precisam urgentemente definir uma política objetiva para diminuir o desperdício em nível nacional. O apelo foi feito pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), que também propôs uma ampla campanha nacional de conscientização, a ser promovida junto à população.

Na opinião do senador, a utilização correta dos recursos naturais e financeiros deve ser encarada como prioridade se o Brasil quiser gerar novas fontes de riquezas e diminuir o seu déficit público. Ele acrescentou que combater o desperdício significa evitar gastos desnecessários, criar oportunidades rentáveis de investimentos e perseguir ganhos cada vez maiores de produtividade.

Citando especialistas do setor, Carlos Patrocínio afirmou que, se o Brasil implantasse uma política agressiva de combate às perdas de sua produção global e de aumento de produtividade, em quatro anos



Patrocínio: milhões de toneladas de alimentos desperdiçadas a cada ano

os ganhos diretos e indiretos de todo o sistema econômico se situariam em torno de US\$ 200 bilhões, o equivalente a quase um quarto do PIB nacional.

Quanto ao desperdício na agricultura, Carlos Patrocínio informou que as perdas no setor começam no campo e se estendem pelos armazéns, caminhões de transporte,

estradas, mercados atacadistas e de varejo, pela manipulação inadequada dos produtos, embalagem e pela especulação. Ele comentou que esses prejuízos são responsáveis pela existência de quase 40 milhões de brasileiros abaixo da linha de pobreza.

— Infelizmente, em nosso país, onde existe ironicamente uma campanha de combate à fome, a cada ano milhões de toneladas de pimentões, abóboras, melões, pepinos, tomates, milho, arroz, feijão, mandioca, inhame, enfim, uma quantidade colossal de frutas, legumes e cereais, simplesmente apodrecem impunemente — lamentou Carlos Patrocínio.